

AGRICULTURA CAMPONESA E EXPANSÃO AGRÍCOLA NO PARÁ E MARANHÃO¹

Francisco Benedito da Costa Barbosa²

RESUMO

O trabalho enfoca a contribuição da agricultura camponesa ao desenvolvimento do Pará e Maranhão na primeira metade do século XX. No Pará, ocorreu na região Bragantina, em função da abertura da estrada de ferro Belém-Bragança. No Maranhão, as correntes migratórias de camponeses nordestinos se fixaram nos vales dos rios Itapecurú, Mearim e Pindaré, em função das secas cíclicas do Nordeste. A produção agrícola camponesa nos dois estados teve participação importante na economia. No Pará, atingiu seu apogeu no final década de 1940, quando sua produção responde por mais da metade da produção agrícola estadual, para alguns produtos, e mais 30% para outros. No Maranhão, ocorreu na década de 1950, onde se destacou a produção da região do Médio Mearim. Nessa ocasião o Estado estava em segundo lugar na produção nacional de arroz, sendo o município de Pedreiras o maior produtor maranhense. Essa produção foi responsável pela instalação da Estação Experimental de Pedreiras, vinculada ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), com sede em Belém-PA. Esses respectivos ciclos se esgotaram sem que o camponês modernizasse sua produção e nem se capitalizasse. Houve apenas uma parcela de acumulação de capital no segmento comercial.

Palavras-chave: produção camponesa, expansão agrícola, desenvolvimento.

PEASANT AGRICULTURE AND AGRICULTURAL EXPANSION IN PARÁ AND MARANHÃO

ABSTRACT

The work focuses on peasant agriculture's contribution to the development of Pará and Maranhão in the first half of the 20th century. In Pará, occurred at the Bragantina region, according to the opening of the railroad Belém-Bragança. In Maranhão, migratory flows from Northeastern peasants settled in the valleys of the rivers Itapecurú, Mearim, and Pindaré, in light of the cyclical droughts. The peasant agricultural production in the two States had important participation in the economy. In Pará, reached its apogee in the late 1940's, when its production accounts for more than half of the State's agricultural production, for some products, and 30% for others. In Maranhão, occurred in late 1950, where he excelled to produce the Middle Mearim. On that occasion the State was second in the domestic production of rice, the municipality of Pedreiras the largest producer maranhense. This production was responsible for the installation of Experimental Station of Pedreiras, linked to the Instituto Agrônomo do Norte (IAN), headquartered in Belém-PA. These respective cycles are exhausted without the peasant to modernize their production, and doesn't had capitalization. There was only a portion of capital accumulation in the commercial segment.

Key words: peasant production, agricultural expansion, development

¹ Pesquisa/IPADES, 2013. Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES.

² Eng. Agr. Pós-graduado *Stricto Sensu*. Planejamento do Desenvolvimento. Desenvolvimento Econômico. Sócio Presidente – IPADES.

INTRODUÇÃO

Entre o final do século XIX e início do século XX fluxos migratórios oriundos do Nordeste se direcionavam à Amazônia, principalmente ao Acre, para a exploração extrativa da borracha. Com a decadência dessa economia, a partir de 1912, essas frentes migratórias passam a ter o Pará e o Maranhão como nova fronteira agrícola. No Pará se localizaram na região Bragantina, em função da abertura da estrada de ferro Belém-Bragança (Cruz, 1955). No Maranhão, a migração de camponeses nordestinos ocorreu para os vales dos rios perenes estabelecendo sua agricultura de corte-queima em função de cidades polos: Codó (1920); Barra do Corda (1940); Pedreiras e Grajaú (1950); Pindaré-Mirim (1957); Bom Jardim (1959); Alto Turi (1962) (PENTEADO, 1967; ANDRADE, 1968; TARGINO, 1985a).

A agricultura camponesa, no Pará, atingiu seu apogeu no final década de 1940, quando sua produção respondeu por mais da metade da produção agrícola estadual, para alguns produtos, e mais 30% para outros. No Estado do Maranhão ocorreu na década de 1950, onde se destacou a produção da região do Médio Mearim. Nessa ocasião o Estado estava em segundo lugar na produção nacional de arroz, sendo o município de Pedreiras o maior produtor maranhense (AMARAL, 1958; CRUZ, 1955). No entanto, todo esse esforço de produção agrícola apenas ocorreu como mais um ciclo econômico que se esvaeceu.

A ação do Estado paraense concentrou-se na distribuição de lotes agrícolas ao longo da ferrovia Belém-Bragança, num projeto estadual de colonização. Formaram-se colônias agrícolas que posteriormente se transformaram em vilas e estas em municípios. Não houve estímulos a introdução de técnicas agrícolas, nem outras ações que viessem beneficiar os camponeses. Também não ocorreu a capitalização do produtor, mas uma parte da acumulação de capital se deu no comércio local.

No Maranhão a ocupação da fronteira agrícola foi espontânea, motivada principalmente pelos fluxos migratórios nos períodos de secas no sertão nordestino, de modo que o camponês tinha apenas a posse da área que cultivava. Uma iniciativa dos grandes comerciantes da Praia Grande, em São Luís, por intermédio da Associação Comercial do Maranhão criando a Campanha da Produção iniciou sua atuação em 1946 dando apoio à produção agrícola (algodão, arroz e babaçu), através do fornecimento de sementes, de postos de saúde e de estradas para o escoamento da produção (ACM-MA, 2012). Essa iniciativa foi encerrada em 1958, entre as causas de sua extinção destacou-se a divergência política entre setores comerciais dos municípios de Caxias e São Luís. Tais divergências ocorreram no governo Eugênio de

Barros, ex-prefeito de Caxias, nos anos de 1958 e 1950, e governador do Estado, de 1952 a 1956 (SANTOS, 1981).

Na região da Pré-Amazônia Maranhense, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabeleceu a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), em 1961. Ali, ocorreu política semelhante ao Pará na região Bragantina, ou seja, apenas foram distribuídos lotes agrícolas. Essa colonização propiciou o aparecimento de vários municípios que hoje ficam a margem da rodovia BR 316 (Pará-Maranhão). Desse modo, os camponeses maranhenses enfrentaram os mesmos problemas dos seus colegas paraenses. Os resultados para o desenvolvimento do Maranhão também foram semelhantes aos do Pará, apenas mais um ciclo econômico e povoamento dessa região.

A análise desse quadro é feita em três segmentos. No primeiro analisa-se a região Bragantina no Estado do Pará. No segundo, são enfocados os vales dos rios Itapecurú, Mearim e Pindaré que receberam os fluxos migratórios camponeses no Maranhão. No terceiro é analisado como essa produção ocorreu e quais as causas que a levaram ao declínio. Conclui-se demonstrando as oportunidades que esses estados tiveram em expandir suas respectivas economias agrícolas, a partir dessas exitosas experiências, capazes que foram de dinamizar respectivamente as economias do Pará e Maranhão por um período de mais de meio século.

PARÁ: COLONIZAÇÃO AO LONGO DOS TRILHOS

O Pará sempre teve no extrativismo um forte segmento de sua economia. No período colonial entre os diversos produtos extrativos que os europeus encontraram após sua chegada ao Novo Mundo destacou-se o cacau (*Theobroma cacao* L), como a mais importante fonte de bebida. No início da década de 1730, o cacau tinha se tornado o principal produto de exportação da Amazônia, posição que continuaria a ocupar por mais de um século. As exportações de cacau pelo porto de Belém, nos anos 1730 – 1755, foram além de 35 milhões de libras, representando 75,8% do total das exportações paraenses (ALDEN, 1974).

Na segunda metade do século XVIII Portugal defrontava-se com grande déficit na produção de cereais. Nessa ocasião, com os princípios mercantilistas norteando a política portuguesa, o país ensaiou transformar o delta amazônico e as várzeas em área de produção agrícola principalmente com o cultivo de arroz (*Oriza sativa* L). O

conjunto de meios disponíveis favorecia uma espécie de transição do extrativismo para a agricultura, o que não aconteceu, pois o arroz não suplantou o cacau na produção paraense, ficando em segundo lugar nas exportações do Pará nos anos 1770 a 1784. (MARIN, 1996).

Essa política atendia às reformas pombalinas na busca de uma saída à crise da economia metropolitana via a reorientação da exploração das colônias. As atenções concentravam-se no sistema de transporte com vistas a assegurar maior eficiência na circulação dos produtos, cujo monopólio pertencia à coroa portuguesa.

No entanto, a hegemonia do cacau e a produção de arroz foram suplantadas pela produção de látex, produto extrativo da seringueira (*Hevea sp*), matéria-prima para produção da borracha. Esta passou a ter peso nas exportações brasileiras a partir de 1898, com 21%, atingindo 40% em 1910, quando rivalizou com o café, com 41% (SANTOS, 1980).

O declínio da economia gomífera a partir de 1912 acelerou o processo de povoamento da região Bragantina, no Nordeste Paraense, iniciado na segunda metade do século XIX, também influenciado pela implantação da estrada de ferro de Bragança, cuja primeira tentativa de construção data de 1870, e pela Colônia Agrícola de Benevides, em 1875. Nesta, foram introduzidos colonos estrangeiros, principalmente europeus, mas que não obtiveram sucesso. Quanto à estrada, começou a ser construída em 1883, sendo concluída em 1908.

A relação entre a colonização da região e a construção da estrada de ferro era muito próxima; circulou até a notícia de que seriam cedidas dez léguas quadradas de terra para o estabelecimento de dez mil migrantes na região, na introdução de dois mil e quinhentos por ano, garantindo o governo as passagens dos colonos, ficando a manutenção dos mesmos à cargo da empresa contratante. Os fluxos migratórios oriundos do Nordeste brasileiro que num primeiro momento se dirigiam à exploração da borracha, com o declínio dessa atividade passaram a se fixar nesta região e a praticar a agricultura. A força dessa relação deu origem à Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, em dois de julho de 1891, o embrião da atual Secretaria de Estado de Agricultura (MONTEIRO, 1979).

Após o declínio da economia gomífera, a partir de 1912, a economia paraense entrou numa fase difícil, tendo a produção agrícola da região Bragantina, desempenhado um papel importante para a recuperação desse processo a partir da década de 1920, estendendo-se a de 1950.

Exemplo dessa importância evidenciou-se no triênio 1948-50 quando a agricultura dessa região mereceu destaque no Estado. A produção de algodão, feijão, fumo e milho, corresponderam cada uma, a mais de 50% da produção estadual. Também mereceu destaque a posição ocupada pela produção de arroz e mandioca com mais de 30% das respectivas produções paraense. A região foi responsável por 50% da produção nacional de malva (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967; CPATU, 1979).¹

A obtenção de uma produção crescente, de modo que o surgimento de uma zona agrícola na Amazônia que tinha se deslumbrado com a economia extrativa da borracha constituiu-se fato de inegável interesse e importância econômica à época. Essa economia agrícola também foi responsável pelo surgimento de vários núcleos populacionais ao longo da ferrovia e que se transformaram em cidades que hoje se destacam na região, como Ananindeua, Castanhal, Capanema, entre outros, contribuindo para que o Nordeste Paraense detenha a maior densidade demográfica, e a melhor infraestrutura socioeconômica do Estado. É desse período a instalação da primeira instituição de pesquisa agrônômica na Amazônia brasileira, o Instituto Agrônômico do Norte (IAN), em 1940.

No entanto, sem tecnologias que substituíssem o sistema corte-queima, sem modificação no sistema de comercialização desfavorável ao camponês, e o crédito via aviamento do comerciante, a tendência natural seria o esgotamento desse processo, a medida que a densidade demográfica começasse a comprometer o pousio do sistema de plantio corte-queima. O que realmente ocorreu.

MARANHÃO: PRODUÇÃO CAMPONESA NOS VALES DOS RIOS

O Maranhão tem uma longa tradição agrícola. No período colonial, mas precisamente no governo de Luís de Vasconcelos Lobo (1751 – 1752), a capitania se destacava pela produção de arroz e açúcar, este último, segundo o governador poderia ser o melhor açúcar da colônia, desde que os moradores pudessem exportar sua produção em navios avulsos, fora do sistema de frotas (SANTOS, 2011). Os canaviais se estendiam às margens dos rios Parnaíba, Itapecurú e Mearim, e se sustentavam por mais de 25 anos, sendo o açúcar produzido, o mais claro de toda a região (MENDONÇA, 1963).

Foi nesse ambiente que a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo primeiro-ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, em 1755, incentivou o cultivo de arroz e algodão na capitania do Maranhão, levando-a a um surto de progresso na primeira metade do século XIX (BARBOSA, 2005)

Até o final do século XIX no Maranhão, a organização da produção agrícola, especialmente aquela voltada ao mercado externo – algodão – se baseava na grande propriedade e no trabalho escravo. Com a abolição da escravatura e a concorrência acirrada nos mercados de algodão em pluma, essa agricultura comercial sofre um golpe muito forte. A consequência é uma desarticulação em termos de mercado e na produção. Na estrutura fundiária há um parcelamento da grande propriedade que mesmo produzindo algodão em pequena escala, passa a produzir para subsistência juntamente com um produto até então desconhecido do mercado, o babaçu, de produção extrativa, que passa a ganhar importância, no mercado interno, durante a Primeira Guerra Mundial (MESQUITA, 1990 e 1996). O babaçu acompanhou a produção agrícola camponesa, porque à medida que a floresta original era derrubada as palmeiras do babaçu emergiam em sucessão como espécie florestal dominante, formando os babaçuais. Isso se deve, entre outros fatores, a sua resistência ao fogo prática rotineira na agricultura camponesa. (MAY, 1990; MOURA *et al.*, 2012).

É no contexto de declínio da economia agrícola, no aumento da produção camponesa realizada por ex-escravos, pelos caboclos, moradores dos latifúndios e, sobretudo, por ocupantes de novas áreas, provenientes do Nordeste – piauienses e cearenses – que começa a ter espaço a agricultura camponesa a partir da década de 1920.

Partindo da região de Caxias, anteriormente produtora de algodão, e também devido aos ciclos de estiagem no Nordeste, fluxos migratórios de camponeses passaram a se dirigir ao interior do Estado retomando gradativamente a produção agrícola. Têm como municípios pólos Codó em 1930, Pedreiras em 1940, Bacabal em 1950 e Santa Inês em 1957. As de maior impacto econômico ocorreram na região do Médio Mearim, área onde se localizam os municípios de Pedreiras e Bacabal, tendo seu maior impulso na década de 1950. Os camponeses aqui instalados, de modo espontâneo, ou via política governamental, através da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), a partir de 1961, na região da Pré-amazônia maranhense (TARGINO, 1985) se destacaram, nas produções de arroz, de algodão e no

extrativismo do babaçu produtos que dispunham de comércio regular nas cidades de polos.

Essas condições fizeram com que, no período de 1953 a 1963 a produção de arroz, algodão e babaçu, em Pedreiras, cidade polo da região do Médio Mearim, duplicasse a área plantada e o volume produzido, o que caracterizou a fase de maior ocupação da fronteira agrícola do município (ESTERCI, 1980). Em 1954, Pedreira destacou-se ao alcançar a maior produção de arroz no Estado do Maranhão, quando o Estado esteve o segundo lugar no *ranking* da produção nacional desse cereal (AMARAL, 1958).

O crescimento da produção agrícola motivou a instalação de indústrias processadoras de arroz, algodão, e babaçu, na cidade de Pedreiras.² Em 1955 foi criada a Estação Experimental de Pedreiras, unidade de pesquisa agrônômica, integrada ao Instituto Agrônômico do Norte, (IAN) com sede em Belém (PA), para atender as demandas tecnológicas da produção do Vale do Mearim, a mais importante região agrícola do Maranhão, àquela época. Arroz e algodão foram tiveram maior número de experimentos. Para o arroz foram pesquisadas: época para o plantio, espaçamento, cultivares adaptadas as áreas altas, todas com os objetivos de aumento da produtividade e de atender as exigências do mercado. Com o algodão, as pesquisa visavam: época de plantio, espaçamento e a obtenção de variedades que aliassem boa qualidade da fibra com alta produtividade. A Estação Experimental de Pedreiras foi desativada em 1971. (AMARAL, 1958; SANTOS, 1965; ESTERCI, 1980; BARBOSA, 2003.)

Essa produção camponesa foi alvo de apoio de um programa da Associação Comercial do Maranhão, que tinha como objetivos a construção da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do Maranhão, atuando nos vácuos deixados pelo Estado nestas áreas. Através da Campanha da Produção, foram construídas, com recursos dos comerciantes, estradas vicinais necessárias para o escoamento da produção agrícola, e também distribuídas e vendidas sementes de arroz e algodão, além de viabilizar o ensino prático da operação de tratores e máquinas agrícolas (ACM-MA, 2012). A Campanha da Produção atuou por um período de doze anos, (1946 a 1958), sendo desativado em virtude de desentendimentos entre os grupos comerciais de São Luís e Caxias envolvidos na política maranhense (SANTOS, 1981).

Na região da Pré-Amazônia Maranhense a colonização promovida pela COLONE, resultou semelhante a da região Bragantina no Pará, ou seja, a economia camponesa não passou de um ciclo econômico deixando como resultado concreto

núcleos populacionais que mais tarde se transformariam em cidades como Santa Luzia do Paruá, Nova Olinda, Zé Doca e Bom Jardim, entre outras menores, às margens da rodovia BR 316 (PA – MA).

DECADÊNCIA DA PRODUÇÃO CAMPONESA

A expansão da produção agrícola camponesa ocorrida no Pará e Maranhão não se manteve. Entrou em decadência, não conseguindo se estabelecer como um sistema viável e sustentável de produção capaz de promover o desenvolvimento econômico. Sua contribuição ao desenvolvimento das áreas por ela ocupadas se deu pelo povoamento, porém com baixa renda. O pouco capital acumulado ficou com o segmento comercial dos respectivos núcleos de povoamento já existentes e em outros que se formaram.

Essa decadência foi decorrente de cinco fatores aqui analisados: 1) relações de produção; 2) sistema de produção; 3) interação desigual com o mercado; 4) aspectos agronômicos; 5) políticas de apoio mal executadas.

Relações de Produção – A economia camponesa tem um *modus operandi* próprio. Sua racionalidade se fundamenta no equilíbrio entre as necessidades de consumo e a intensidade do trabalho familiar, de tal forma que, ao atingir o ponto de equilíbrio, o camponês não aumenta o produto do trabalho, visto que estão satisfeitas as condições para a manutenção e a reprodução da família. É a existência desse ponto de equilíbrio interno consumo-trabalho que caracteriza a unidade econômica camponesa e a diferencia da unidade econômica capitalista. Isto porque para a unidade capitalista o cálculo da taxa de lucro funciona como norma absoluta, ao passo que para a unidade camponesa a aceitação ou não de uma ação econômica depende da comparação interna de avaliações subjetivas.

Em outras palavras, a economia camponesa tem uma racionalidade própria que visa satisfazer a reprodução da unidade de trabalho familiar, a qual se baseia em uma estratégia de sobrevivência. Esta estratégia compõe-se de atividades produtivas e outras não produtivas. Entre as primeiras utiliza o consórcio de culturas para aumentar a produção de alimentos e diminuir a incidência de pragas e doenças; a venda da produção excedente para obtenção de ganhos monetários que possibilitem adquirir outros produtos necessários à manutenção e reprodução da unidade familiar; a criação de alguns animais, uma espécie de poupança. Entre as segundas tem a venda da força-de-trabalho na entressafra; artesanato rural; a caça e a pesca.

A família camponesa pode utilizar-se de duas estratégias, diametralmente opostas, para atender às necessidades de seus familiares: incrementar a produção ou reduzir o consumo. A primeira consiste na elevação do rendimento do trabalho, enquanto a segunda pode ser obtida pela diminuição do consumo de calorias na alimentação e pela restrição de compras.

Em síntese, a cultura camponesa estabelece três características básicas interdependentes: 1) a propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; 2) a vida em pequenas comunidades rurais em situação oprimida; 3) a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. ³

Sistema de Produção – O sistema de produção camponês para se manter sustentável se caracteriza pelo binômio, produção e pousio da área explorada. Esta sequência, que o camponês adquiriu pela vivência da lida agrícola é hoje conhecida da ciência como um sistema capaz de aproveitar a fertilidade do solo, como consequência da deposição dos nutrientes existentes na biomassa da floresta, após sua queima. É feita uma adubação natural e sem custos para o agricultor. Trata-se de um sistema de agricultura ecológica, mas, com o inconveniente da queima. ⁴

Durante o pousio a vegetação se regenera. Num primeiro momento pela fertilidade do solo; em seguida, passa a crescer e se manterá em função da reciclagem orgânica dos nutrientes minerais devido à ação do clima e dos microrganismos do solo: insetos, protozoários, bactérias, fungos, térmitas, ácaros, nematoides e outros vermes, etc. Estes microrganismos realizam uma função essencial para a existência da floresta, ao decompor as folhas, os galhos e troncos mortos, os cadáveres e excrementos dos animais maiores, reciclando os nutrientes minerais indispensáveis ao crescimento da vegetação. O material decomposto forma uma estreita camada (10cm) fértil, a liteira, que se mistura à superfície mineral do solo de onde são retirados os nutrientes indispensáveis à manutenção da vegetação, formando um ciclo contínuo.

A manutenção deste sistema relaciona-se diretamente com a disponibilidade de uma fronteira livre, capaz de manter a produção com produtividade constante e também poder receber novos produtores. A fronteira livre teve importância marcante na expansão e desenvolvimento do território dos EUA na sua marcha para o oeste (TURNER, 1996). ⁵ No Brasil, no período colonial, a mineração e a pecuária foram movimentos que ocuparam a fronteira livre, expandindo o território brasileiro. No Pará

e Maranhão essa expansão camponesa, limitou-se devido ao aumento da densidade populacional e ao cerceamento pela grande posse ou propriedade da terra.

O crescimento da população aumenta a demanda por terras cultiváveis, ou seja, o avanço da fronteira agrícola. Não sendo possível esse deslocamento o resultado é a utilização da mesma área com a diminuição do tempo de pousio. As queimadas sucessivas em menores intervalos cada vez mais curtos conduzem a uma menor quantidade de biomassa para a queima propiciando menor fertilização do solo através dessa prática; também diminui a biodiversidade, estabelecendo a predominância de espécies mais adaptadas às novas condições ecológicas. Foi o que se estabeleceu no Maranhão com a predominância massiva da palmeira de babaçu (*Orbignya* sp), resistente ao fogo.

Interação Desigual com o Mercado – Na relação entre o campesinato e o mercado, no Brasil, estabeleceu-se um “colonialismo interno”, de modo que as condições econômicas que propiciam a transformação da produção excedente em mercadoria se situam fora dos componentes da estrutura social da frente de expansão e absorve a renda potencialmente gerada pela terra, visto que o preço pago a essa produção é determinado pela rentabilidade do capital mercantil e não em função dos custos de produção. Dessa maneira, impossibilitava que o campesinato pudesse ter lucro e muito menos acumular capital.

As relações do campesinato paraense e maranhense com o mercado eram feitas dentro desse contexto. Assim elas tinham pouca relevância na determinação social do valor para as unidades econômicas camponesas, visto que o excedente dessa produção ao chegar ao mercado se deparava com relações desiguais de troca com o capital mercantil, o que acarretava em princípio um sobre trabalho para a família camponesa.

Por outro lado, na sua relação com o capital mercantil, o valor do excedente da produção camponesa, tanto no Pará como no Maranhão, ao se dar fora do segmento produtivo, ou seja, através da intermediação entre o produtor e o mercado, era apropriado pelo capital mercantil. Essa situação contribuía para a não capitalização do agricultor, enquanto o excedente acumulado pelo capital mercantil não era investido na produção agrícola, enfraquecendo esse importante elo da economia agrícola (COSTA, 1982; FREITAS, 1985).

Aspectos Agronômicos – Quanto ao aspecto agronômico, essa produção ocorreu na predomina de duas importantes categorias de solos: Latossolos e

Argissolos. Os primeiros se caracterizam por possuírem boas propriedades físicas, porém baixa fertilidade natural, em função da baixa capacidade de troca de cátions (CTC) e pela baixa reserva de nutrientes essenciais às plantas. Apresentam também baixo teores de soma de bases (S) e altos de alumínio extraível e pH ácido. Os Argissolos, também possuem boas propriedades físicas, mas com propensão a erosão devido a diferença textural entre os horizontes A e B; fertilidade natural muito baixa; baixos teores de soma de bases trocáveis; baixa capacidade de troca de cátions; altos teores de alumínio, e ácidos (VIEIRA, *et al.*, 1957; EMBRAPA, 1999).

Nessas condições, o sistema de produção adotado pelos camponeses, conhecido na literatura agrônômica como agricultura de corte-queima, agricultura itinerante, *slash and burn system* e *shifting cultivation*, representa uma extraordinária adaptação às condições de fertilização temporária do solo pela queima da biomassa; pela defesa natural contra pragas e doenças propiciada pelo pequeno tamanho das áreas exploradas e isoladas entre si pela floresta, e pelo plantio consorciado. 6

Três aspectos agrônômicos importantes no sistema de produção camponesa se inserem nesse contexto e que dizem respeito aos fatores de produção. Eles apresentam sustentabilidade decrescente com o tempo de utilização. Um é o uso do grão funcionando como semente; outro é a fertilização do solo com as cinzas da queima da biomassa. Ambos apresentam produtividade decrescente a partir da primeira colheita. O terceiro relaciona à produtividade da mão-de-obra que apresenta um baixo rendimento marginal do trabalho adicional, em virtude da própria racionalidade camponesa.

A produção camponesa para ser sustentável e fornecer um excedente para o mercado, no sistema corte-queima, depende da manutenção de baixa densidade demográfica, visto que à medida que aumenta a densidade populacional dos povos que praticam esse tipo de agricultura, reduz-se o tempo de pousio da área explorada um mínimo necessário para a regeneração da vegetação natural, que é variável segundo os diferentes tipos de solo e outras condições locais (BOSERUP, 1987). Enquanto a fronteira agrícola esteve aberta para os camponeses paraenses e maranhenses foi possível manter o ritmo da produção. 7

Políticas de Apoio Mal Executadas. – O Estado do Pará institucionalizou os assuntos da agricultura, em 1891, com a criação da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, atual Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI). As políticas direcionadas à agricultura e em especial à Zona Bragantina

foram de demarcação de lotes agrícolas, assentamento de colonos e distribuição de sementes. Como um referencial dessas políticas, em 1931, foi instalada a Colônia Agrícola Augusto Montenegro, no município de Bragança. (MONTEIRO, 1979).

No âmbito federal foi criada, em 1942, a Colônia Agrícola Nacional do Maranhão, no município de Barra do Corda, numa área de 370 mil hectares doados pelo Governo do Maranhão, a qual não obteve êxito. Seguindo recomendação do I Encontro dos Bispos do Nordeste, o governo Juscelino Kubitschek, em 1956, determinou a criação de um núcleo colonial às margens do rio Mearim, na localidade de Marianópolis, município de Pedreiras. Ele substituiu a antiga Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (TARGINO, 1985a). Na sua implantação teve apoio da Arquidiocese de São Luís e da Paróquia de São Benedito, em Pedreiras, a época dirigidas respectivamente por Dom José de Medeiros Delgado e Monsenhor Gerson Nunes Freire.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) tinha entre suas políticas iniciais a colonização de terras desocupadas no Maranhão. Em 1962, inicia-se a implantação do Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM), em uma área de três milhões de hectares localizados no Noroeste do Estado, na região Pré-Amazônica, tendo como base operacional as localidades de Zé Doca e Nova Olinda. Após dois anos de implantado o projeto foi considerado um fracasso, com os colonos praticando uma economia de subsistência, em solos de muito baixa fertilidade.

A partir de 1969, com o apoio financeiro do Banco Mundial e do Governo Britânico o projeto foi reavaliado e reelaborado o programa de colonização. A execução do programa foi entregue à Companhia de Colonização do Maranhão (COLONE), empresa mista subsidiária da SUDENE. Criada em 1972, a COLONE recebeu 939 mil hectares para realizar o programa de colonização. Mesmo assim, as dificuldades continuaram e se avolumaram decorrentes dos problemas comuns que ocorreram nos programas anteriores, ou seja, deficiência administrativa (atraso na liberação de verbas), no desconhecimento das condições ecológicas e agrônomicas da área e no desordenamento fundiário (TRGINO, 1985b).

No período de 1946 a 1958, atuou no Maranhão, a Campanha da Produção financiada pelo capital mercantil da Praia Grande, em São Luís, com apoio da Associação Comercial do Maranhão. Essa iniciativa priorizava a distribuição de sementes, abria estradas e apoiava melhorias nas áreas de saúde e educação, com o objetivo de aumentar a produção agrícola, fator preponderante para a acumulação de capital por parte dos comerciantes ludovicenses. Todavia, lutas políticas internas entre

os comerciantes de São Luís e Caxias, durante o governo de Eugênio de Barros (1952-1956), contribuíam para um desempenho aquém das metas previstas e pela desativação da campanha (SANTOS, 1981).

CONCLUSÃO

Os camponeses, no Pará e Maranhão, na primeira metade do século XX responderam pela expansão da produção agrícola, incrementando o povoamento e a economia da região Bragantina, no Pará, e nos vales dos principais rios maranhenses. Todavia, esses ciclos de expansão da economia agrícola não foram sustentáveis.

Deixados a própria “sorte”, os camponeses pouco podiam fazer diante das circunstâncias enfrentadas, as quais foram demonstradas no segmento anterior. O que ocorreu foi a desarticulação da produção e o declínio econômico, de modo que o Pará e Maranhão perderam essa oportunidade de alavancar suas economias agrícolas com a produção proporcionada por suas respectivas expansões camponesa, e transformar esses camponeses e seus descendentes em produtores modernos e competitivos.

Como um corolário dessas análises pode-se citar o exemplo da colônia Uraim, em Paragominas. Remanescente da política de colonização do governo do Pará, que ao receber apoio técnico e creditício, por parte de um projeto ítalo-brasileiro, saiu de uma situação terminal de êxodo, onde apenas 15 famílias das 150 assentadas, para um novo repovoamento com 117 famílias. Esse resultado ensejou uma política municipal de apoio à pequena produção, de tal ordem que o município passou a ter cerca de 3.500 famílias de pequenos produtores rurais. E mais que isso, estruturou sua Secretaria de Agricultura capacitando-a a trabalhar integrada com as instituições – estadual e federal – de fomento, extensão e pesquisa. O exemplo de Paragominas foi seguido pelos municípios de Ulianópolis e Dom Eliseu, de modo que o segundo passo foi ampliar a base agrícola dessa região, que hoje desponta no estado como a mais promissora na produção de grãos.

A agricultura camponesa, praticada no Pará e Maranhão, nos períodos aqui analisados, mesmo tendo propiciado crescimento econômico, não foi capaz, pelos fatores aqui apresentados, de promover um desenvolvimento econômico sustentado e sustentável. Evidencia-se que apenas a produção com excedentes para o mercado e o crescimento econômico dela proveniente, por si só não são capazes de levar uma região ao seu desenvolvimento.

A agricultura camponesa foi abandonada de tal forma que a principal fonte de renda monetária desses agricultores, principalmente no Maranhão, é oriunda das

políticas sociais, aposentadoria e bolsa família. A atividade agrícola passou a ser uma complementação da renda, através da produção de subsistência acrescida da pesca e do extrativismo do babaçu. O tamanho da área explorada é em média 0,6 ha., com produtividade muito inferior a da época da expansão camponesa do século passado. Hoje o pousio é de quatro anos, contra no mínimo dez anos na época das correntes migratórias. Essa condição tem levado a agricultura camponesa das áreas de terra firme para as várzeas dos rios, contribuindo para o assoreamento dos mesmos (COMITÊ, 2012).

Assim, os ecossistemas de terra firme e de várzea indicam esgotamento, como a baixa produtividade, alta incidência de plantas invasoras, aumento do ataque de pragas, eliminação das capoeiras densas com espécies vegetais arbóreas. Os próprios agricultores percebem que suas atividades são degradadoras, porém não veem alternativas diante do contexto socioeconômico em que se encontram.

Esforço para soerguimento desse segmento produtivo foi retomado, a partir da última década do século passado, agora com apoio do governo federal, sob a denominação de agricultura familiar. Contudo, os mesmos erros cometidos nas experiências de mais de 50 anos ocorridas nesses estados, com maior ou menor grau de intensidade, continuam a não permitir a estabilidade e a sustentabilidade desse segmento tão importante para o desenvolvimento econômico.

O exemplo de Paragominas parece não ter sido suficiente para demonstrar a necessidade de universalizar os resultados obtidos, aperfeiçoando-se os métodos, procedimentos e políticas que visem dar autonomia e sustentabilidade a agricultura familiar, no Pará e Maranhão, inserindo-a definitivamente na economia de mercado.

NOTAS

1 A produção de malva, nessa região, até o fim da década de 1960 era considerada como semi-extrativa, pois ocorria espontaneamente após a queima dos roçados anteriormente explorados com essa planta. Só a partir de 1975 foi implantado efetivamente um programa de pesquisa pela Embrapa envolvendo o comportamento climático e o melhoramento genético da malva, este, visando aumentar a produtividade da fibra, melhorar sua qualidade e elevar o rendimento de sementes. CPATU, (1979). *Relatório anual*. p. 57, 110-113.

2 Estas empresas ultrapassaram a uma centena, segundo relatos do Sr. Newton Martins Barbosa, gerente das unidades industriais do Cotonifício Cândido Ribeiro, em Pedreiras e Bacabal, entre 1954 e 1962, e da Sra. Benedita da Costa Barbosa, genitores do autor deste trabalho, que residem em Pedreiras.

3 O sistema familiar de produção prevaleceu no princípio da Idade Média. Os membros de uma família produziam artigos para o seu consumo, e não para a venda. A agricultura tinha papel de destaque nesse sistema. O trabalho não se fazia com o objetivo de atender ao mercado. O excedente era apropriado pelo senhor feudal. Sobre a especificidade da economia camponesa, o agrônomo, Alexander Vasilevitch Chayanov (1888-1939) foi um dos mais destacados estudiosos da economia camponesa russa do início do século XX. Seu trabalho sobre a economia camponesa foi publicado em Berlim, em 1923, e nos Estados Unidos, em 1966, sob o título, “*On the theory of peasant economy*”, no qual expõe essa especificidade. O autor deste *paper* evidenciou esse comportamento em comunidades de pequenos produtores, na área de influência da rodovia Belém-Brasília, e dos rios Capim e Uraim, no município de Paragominas-PA, quando o mesmo desenvolvia projeto de soerguimento da colônia Uraim. Para um aprofundamento teórico desta questão ver: CHAYANOV, (1966). *On the theory of peasant economy* WOLF, (1976). *Sociedades camponesas*. SHANIN, (1980). *A definição de camponês*. CHAYANOV, (1981). *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*.

4 Essa adaptação denominada de ecótipo paleotécnico significa a prevalência da tecnologia ancestral pautada no trabalho humano e animal, estabelecendo o grau de uso do solo em determinado período de tempo com outro período de pousio. Ele propicia através das cinzas, oriundas da queima da biomassa, que são incorporadas ao solo, uma adubação que possibilita uma produção economicamente viável nos dois primeiros anos de cultivos, produção que passa a ser antieconômica a partir do terceiro ano consecutivo de cultivo. Esta queda na produção deve-se ao fato de que os nutrientes são cada vez mais retirados pelas colheitas, pela mudança da estrutura física do solo deixando-o mais compactado, pelo aparecimento de pragas, da dificuldade crescente do controle das plantas invasoras, que competem por nutrientes e luz com as plantas cultivadas. Também é fator importante, a lixiviação (nutrientes levados para os igarapés pelas chuvas) que depende dos níveis de matéria orgânica no solo, da infiltração das chuvas, da cobertura do solo depois da queima da vegetação derrubada, da capacidade de troca de cátions do solo e do tipo de cultivos utilizados. A conjugação desses fatores concorre para diminuir a produtividade agrícola que se reflete na economia da produção.

5 Em relação à importância da fronteira livre no processo de desenvolvimento ver o trabalho de; TURNER, (1996). *The frontier in american history*. Especialmente o capítulo 1: “O significado da fronteira na história americana”.

6 A exuberante floresta tropical que, numa visão empírica, era tida como indicador de fertilidade do solo, perde esse conceito após pesquisas ecológicas e agrônomicas que demonstraram que a biodiversidade e a exuberância da vegetação são sustentadas pela eficiência no processo de decomposição dos resíduos orgânicos e assimilação desses produtos, uma vez que essas formações, na sua maior parte, encontram-se sob solos altamente intemperizados com predominância de argilas do tipo 1:1 e óxidos na sua composição mineralógica e, portanto, apresentam baixa capacidade de troca de cátions (CTC). Daí dizer-se que a floresta não vive do solo, mas sobre o solo. Realmente, ela quase vive de si mesma. Um aprofundamento desta questão pode-se obter em: SHUBART, (1983, p. 101-143). *Ecologia e utilização das florestas*. FAÇANHA et. al., (2008, p.33-50). *Nutrição mineral*. A transformação dos sistemas naturais em monocultivos além de quebrar o equilíbrio dos processos de transformação da matéria orgânica, resulta, via de regra, na queda de conteúdo e qualidade da matéria orgânica, diminuindo a produtividade agrícola. Isto obriga o camponês, após três anos de cultivo consecutivo na mesma área, a praticar o sistema corte-queima, em outra área, como método capaz de regenerar, em parte, o equilíbrio natural do espaço anteriormente cultivado.

7 O sistema de produção camponês perde a sustentabilidade agrônômica e econômica quando a densidade populacional cresce e diminuiu o tempo de pousio da área explorada. Modernizar seu sistema de produção tem sido uma preocupação constante de pesquisadores. O autor deste *paper* trabalhou esta realidade na Colônia do Uraim, em Paragominas. Na ocasião duas

novas atividades foram introduzidas, a criação de frangos de corte e o cultivo da pimenteira-do-reino. Em ambas novos fatores de produção (vacinação e manejo das aves; formação das mudas de pimenteira-do-reino e adubação química) Também ocorreu mudança quanto ao relacionamento com o mercado, para tanto foi criada a Caixa Agrícola dos Produtores do Uraim. O processo obteve êxito devido a assistência técnica permanente prestada à esses agricultores, por parte do autor e de agrônomos italianos da Facoltà di Agrária, de Piacenza, Itália, que trabalhavam em parceria nesse projeto. A respeito dos sistemas de produção da agricultura camponesa e da sua modernização muitos estudos têm sido realizados. Seguem alguns desses trabalhos: LIMA, (1954). *Os efeitos das queimadas sobre a vegetação dos solos arenosos da Região da Estada de Ferro de Bragança*. SCHULTZ, (1965). *A transformação da agricultura tradicional*. FALESI et al. (1980) *Consequências da exploração agropecuária sobre as condições físicas e químicas dos solos das microrregiões do Nordeste Paraense*. BARBOSA, (1990). *Experiência camponesa de ruptura com relações técnicas e econômicas tradicionais na Amazônia: o caso de Uraim – síntese histórica, 1969-1990*. BARBOSA, (1991) *Sistemas de produção desenvolvidos na Colônia do Uraim*. CRAVO et al. (2005). *Sistema Bragantino: agricultura sustentável para a Amazônia*. No tocante ao sistema de pousio ver o trabalho clássico de BOSERUP, (1987). *Evolução agrária e pressão demográfica*.

REFERÊNCIAS

ACM-MA. **Campanha da Produção**. Disponível em: www.acm-ma.com.br/historico
Acesso em: 07.06.2012

ALDEN, D. **O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial**: um ensaio de história econômica comparada. Belém: UFPA/NAEA, 1974.

AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira**: no triplice aspecto político-social-econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. 2v.

ANDRADE, M.C. **Paisagem e problemas do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

BARBOSA, F.B.C. **Experiência camponesa de ruptura com relações técnicas e econômicas tradicionais na Amazônia**: o caso de Uraim – síntese histórica, 1969-1990. Belém: UFPA/NAEA, 1990.

_____, **Sistemas de produção desenvolvidos na Colônia do Uraim**. Belém: UFPA/NAEA, 1991.

_____. **Desenvolvimento sustentável de Pedreiras**: possibilidade que depende da sociedade local. Pedreiras: Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pedreiras, 2003.

_____. *Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)*. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17 – 27, jul./dez., 2005.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1987.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEARIM. **Proposta de instituição do comitê de bacia hidrográfica do rio Mearim**. Pedreiras: CODESUM. 2012.

CHAYANOV, A.V. **On the theory of peasant economy**. Illinois: Kerblay y Smith, 1966.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G.; S.V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, p.133-163, 1981.

COSTA, F.A.. Valor e preço, exploração e lucro da produção camponesa na Amazônia: crítica à noção de funcionalidade da produção familiar na fronteira agrícola. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (Org) **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. Belém: CEJUP; MPEG, 1992. (Coleção Eduardo Galvão).

CPATU. CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO TRÓPICO ÚMIDO. Belém, PA. **Relatório Anual, 1977**. Brasília: EMBRAPA/DID, 1979.

CRAVO, M.S.; CORTELETTI, J.; NOGUEIRA, O.L.; SMYTH, T.J.; SOUZA, B.D.L. **Sistema Bragantino: agricultura sustentável para a Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPEVEA, 1955.

EMBRAPA SOLOS. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 5ª Aproximação. Rio de Janeiro: Embrapa Solos; Brasília: Embrapa Produção da Informação, 1999.

ESTERCI, N. Formação do campesinato em Pedreiras (MA). **Revista FIPES**, São Luís, v.1, n.2, p. 23-35. jul./dez. 1980.

FALESI, Í.C.; BAENA, A.R.C.; DUTRA, S. **Consequência da exploração agropecuária sobre as condições físicas e químicas dos solos das microrregiões do Nordeste Paraense**. Belém: CPATU, 1980. (Boletim de Pesquisa n.14).

FREITAS, M. N. **A rizicultura na pequena produção paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1985. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, R.R. **Os efeitos das queimadas sobre a vegetação dos solos arenosos da Região da Estrada de Ferro de Bragança**. Belém: IAN, 1954.

MAY, P. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu**. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MARIN, R.E.A. **Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial**. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

MENDONÇA, M.C. **A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751 – 1759)**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 3t.

MESQUITA, B.R. **Aspectos gerais sobre a agricultura maranhense no século XX.** São Luís, 1990 (mimeo).

_____. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas**, v.2, n.2, 1996.

MONTEIRO, (1979). **Histórico e evolução da Secretaria de Estado de Agricultura 1891-1978.** Belém: SAGRI, 1979.

MOURA, E. G.; CORRÊA, M. S.; COSTA, N. J. F.; AGUIAR, A. C. F. Os solos do Maranhão e as pastagens. In: RODRIGUES, R. C.; PARENTE, M. O. M. **SIMPRUPASTO: o uso da ciência e de tecnologias para a mudança de paradigmas.** Chapadinha: EDUFMA, 2012.

PENTEADO, A.R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará.** Belém: UFPA, 1967. 2v. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo).

SANTOS, I.M. **Breves considerações sobre o Vale do Mearim.** Belém: IPEAN, 1965.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800 – 1920).** São Paulo: TAO, 1980.

SANTOS, P.C. **Capital mercantil e agricultura: Campanha de Produção Agropecuária – Maranhão (1946-1958).** Rio de Janeiro: FGV, 1981. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, F.V. **O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751 – 1780).** São Paulo: Annablume, 2011.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SHANIN, T.A. A definição do camponês. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.26, 1980.

TARGINO, I. Frente de expansão camponesa do Maranhão. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.16, n.2, p.183-210, abr./jun. 1985a.

_____. A colonização oficial: o caso da COLONE. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.16, n.3, p. 453-470, jul./set., 1985b.

TURNER, F.J. **The frontier in american history.** New York: Dover Publications, 1996. 3ª Edição.

VIEIRA, L.S.; SANTOS, W.H.P.; FALES, I.C. ; OLIVEIRA FILHO, J.P.S. **Levantamento de reconhecimento dos solos da Região Bragantina, Estado do Pará.** Belém: IPEAN/DEPEA/MA, 1976. (Boletim Técnico, 47).

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976